



PRÁTICAS CORPORAIS E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: SENTIDOS E FINALIDADES

CORPORATE PRACTICES AND SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: SENSES AND PURPOSES

PRÁCTICAS CORPORATIVAS Y EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR: SENTIDOS Y FINES

Renan Santos Furtado

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

Email: renan.furtado@yahoo.com.br

RESUMO

O presente ensaio discute o campo da Educação Física escolar a partir do conceito de práticas corporais. Para tal, faz relação com o modo como as práticas corporais historicamente se vincularam com projetos educacionais no Brasil. Por fim, apresenta uma nova perspectiva para pensarmos os sentidos e as finalidades do trato com as práticas corporais na Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Práticas Corporais; Currículo; Escolarização.

ABSTRACT

The present theoretical essay discusses the field of Physical School Education from the concept of corporal practices. To do so, it relates to the way in which corporal practices have historically been linked to educational projects in Brazil. Finally, it presents a new perspective for thinking about the meanings and purposes of dealing with corporal practices in Basic Education.

Keywords: Physical School Education; Corporal Practices; Curriculum; Schooling.

RESUMEN

El presente ensayo discute el campo de la Educación Escolar Física desde el concepto de prácticas corporales. Para ello, se relaciona con la forma en que las prácticas corporales han estado históricamente vinculadas a proyectos educativos en Brasil. Finalmente, presenta una nueva perspectiva para pensar sobre los significados y propósitos de tratar con las prácticas corporales en la Educación Básica.

Palabras clave: Educación Física Escolar; Prácticas Corporales; Plan de Estudios Escolarización.

INTRODUÇÃO

Após o Movimento Renovador, concebido como um conjunto de empreendimentos políticos, pedagógicos e epistemológicos que, principalmente a datar do final da década de 1970, surgiu como alternativa crítica às tradições médica, militar e esportiva que dominavam a Educação Física desde a sua gênese nos estados

nacionais europeus, parece que o campo acadêmico da Educação Física ligado aos referências das Ciências Humanas firmou certo consenso de que o objeto de intervenção da disciplina na escola se refere ao universo das práticas corporais. Assim, seria tarefa do professor de Educação Física nos diferentes níveis de escolarização trabalhar com os conhecimentos relativos ao jogo, o esporte, a



luta, a ginástica, a dança, o circo, as práticas corporais de aventura, etc.

Outro aspecto interessante é a associação do trabalho com as práticas corporais com algo eminentemente positivo, e em alguns casos, progressista, plural, crítico e emancipatório por si mesmo. Essa associação ganha ainda mais sentido quando a socialização do universo das práticas corporais é realizada como forma de contraposição a tradição do exercita-se para (exercita-se para a saúde, para a formação moral, para o desenvolvimento do homem integral, etc.) que dominou e ainda exerce influência na área da Educação Física no Brasil (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2009; 2010).

O debate ficou do seguinte modo: se o professor trabalha para além dos valores e formas do esporte de alto rendimento, se cumpre as suas tarefas como docente, se socializa práticas corporais diferenciadas como a luta e a dança, se considera a Educação Física como componente curricular e por isso orienta o seu trabalho nos elementos da didática como a seleção de objetivos, de conteúdos, de metodologias e de práticas de avaliação, se possui uma boa relação com seus alunos e um compromisso ético-político com sua atividade, isso tornaria o professor em questão inovador, pois, sua prática sugere uma espécie de investimento pedagógico (MACHADO et al., 2010; FENSTERSEIFER; DA SILVA, 2011; ALMEIDA, 2017; SOUZA; NASCIMENTO; FENSTERSEIFER, 2018).

Considerando que essa perspectiva de análise, de compreender a atuação docente entre a inovação e o desinvestimento pedagógico tem nos gerado importantes contribuições e reflexões sobre a prática docente em diferentes contextos (cultura escolar) e sobre os processos de luta pelo reconhecimento dos docentes dessa disciplina para a superação do imaginário escolar pejorativo, que trata a Educação Física como uma disciplina de segunda classe, nesse estudo tentaremos avançar no intuito de discutir qual o sentido do trabalho com as práticas corporais na Educação Física escolar.

Ademais, gostaríamos de destacar a face perigosa do debate da inovação na Educação Física escolar. O que temos notado na produção

do conhecimento a respeito, é que a constatação e a descrição de práticas pedagógicas e de professores inovadores tem secundarizado o debate a respeito do currículo e dos objetivos da Educação Física em cada nível de escolarização. Sendo assim, acreditamos que com a identificação de boas práticas não podemos abandonar o projeto coletivo de organização curricular da Educação Física.

Como exemplo da necessidade do projeto curricular para a Educação Física, se perguntarmos para qualquer professor de filosofia do 1º ano do Ensino Médio sobre os conteúdos da sua disciplina, fatalmente ele responderá que nessa série o aluno terá acesso às discussões sobre a origem da filosofia, a natureza humana, a linguagem, o conhecimento e a ciência. Todavia, se realizarmos essa mesma pergunta para professores de Educação Física de diferentes regiões e redes ensino do Brasil, certamente as respostas serão as mais diversas possíveis. Provavelmente, cada professor falará o que ele faz em sua cultura escolar, e não algum consenso da área sobre o que ensinar nessa série.

Que fique claro, não estamos dizendo que todos os docentes devem ensinar o mesmo conteúdo em cada série como em geral ocorre nas disciplinas oriundas das ciências clássicas. Sabemos das diferenças culturais, políticas, econômicas e pedagógicas existentes em cada região do Brasil, o que fatalmente gera diferentes práticas e formas de organização do conhecimento. Contudo, o que impressiona é a multiplicidade de projetos e expectativas presentes na Educação Física escolar, bem como a falta de acordos mínimos sobre os objetivos e as finalidades do trato com o universo das práticas corporais em cada etapa de escolarização.

Nossa reflexão se origina da experiência como docente da disciplina de Educação Física na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA). Desse modo, partindo da ideia de que a socialização de práticas inovadoras e o entendimento das causas que levam os professores ao desinvestimento pedagógico são aspectos que devem continuar fazendo parte das pesquisas na área da Educação Física. Para este trabalho trazemos uma



discussão que pode orientar uma construção curricular mais consistente para a área da Educação Física.

Propomos esse debate por partimos da ideia de que a legitimação da Educação Física como uma disciplina fundamental em qualquer projeto educacional contemporâneo perpassa também pela afirmação de um campo de conhecimento sólido e teoricamente embasado para ser socializado no tempo e espaço da escola. Para iniciar a discussão, trataremos do modo como o universo das práticas corporais tem sido considerado pela produção do conhecimento e por documentos normativos da área. Em seguida, apresentaremos o nosso olhar sobre o sentido e a finalidade do trabalho com as práticas corporais na Educação Física escolar.

SENTIDOS E FINALIDADES DAS PRÁTICAS CORPORAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Como ponto de partida para uma discussão dos sentidos das práticas corporais na Educação Física escolar, primeiramente precisamos considerar que os sentidos de qualquer atividade humana são sempre construídos dentro de horizontes históricos. Assim, não nos cabe neste momento dizer a priori qual deve ser o sentido do trabalho com as práticas corporais sem resgataremos a tradição delas na nossa área.

De um ponto de vista geral, espera-se que o professor de Educação Física atue sempre com a prática, com a vivência, com o fazer corporal. Desse modo, historicamente a Educação Física esteve associada às instituições educativas como sendo uma atividade capaz de cuidar da dimensão física do corpo dos alunos, sendo a intervenção prática a sua característica principal (LOVISOLO, 1995). Logo, a escola, que por excelência prima pelas chamadas disciplinas intelectuais (Português, Matemática, Histórica, etc.), deveria também reservar um momento para a “fuga” da rotina, um horário/atividade de dispêndio de energia, sendo esse o espaço que tradicionalmente foi reservado para a Educação Física.

Conforme aponta Da Costa (1999) a preocupação com a atividade física como componente da educação do homem é antiga, e se confunde com a própria história da humanidade. Assim:

Eis que então se encontra na "Republica (Livro III) de Platão e na "Politica" (Livro IV, Cap. 3) de Aristóteles descrições de sentido curricular, sistematizando exercícios corporais com o objetivo explícito de aumentar a força moral e o vigor físico” (DA COSTA, 1999, p. 27).

Nos termos do que hoje conhecemos como atuação de um pedagogo, no período de Renascimento, no século XV, na Itália, Vittorino de Feltre (1378-1446) desenvolvia atividades que o fizeram ser reconhecido como o primeiro pedagogo e o primeiro professor de Educação Física nos moldes contemporâneos. Em Feltre, encontramos princípios como; a educação do corpo deveria deixar de ser apenas um meio de formação militar e servir para a formação integral do homem, a força moral deveria ser desenvolvida pelo vigor físico, os alunos deveriam realizar duas horas de exercício físico por dia, durante dois meses do ano os alunos praticavam atividade física e jogos em pleno contato com a natureza, e, as atividades físicas praticadas incluía movimentos simples, varias modalidades atléticas, esgrima, natação e jogos de pelota (MARINHO, 1980; DA COSTA, 1999).

No século XVIII e começo do século XIX na Europa, quando os primeiros sistemas nacionais de ensino emergiram, a presença da Educação Física, ou melhor, da ginástica na escola foi pensada a partir de finalidades sociais, políticas e econômicas dos diferentes Estados Nações da época. Um ponto interessante disso tudo, é que nos programas do espanhol ligado a aristocracia francesa Francisco Amoros (1770-1848), atividades como o jogo, o esporte, a ginástica com aparelhos e a luta já eram previstas e executadas. O alemão Johann Christoph Friedrich Guts Muths (1759-1839) foi pioneiro na sistematização do jogo como elemento da formação dos jovens, assim como, preconizava a ginástica natural com interesses nacionalistas nos seus programas de exercício. Também na



Alemanha, Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852), que em 1810 lecionava em uma escola para garotos, fazia uso de jogos e exercícios como correr, saltar, arremessar e lutar (BETTI, 2009).

De acordo com Bracht (1997), durante a primeira metade do século XX a ginástica prosseguiu como a principal prática corporal realizada nas escolas. Porém, a datar da segunda metade desse século, o fenômeno esportivo alicerçado nas formas do alto rendimento emergiu como parâmetro para as aulas de Educação Física. Desse modo, a formação física e do caráter dos alunos por via das práticas corporais esportivas ganharia a contribuição da Educação Física a partir do momento em que durante a aula, ocorresse a relação do professor-treinador com o aluno-atleta.

Se bem analisarmos, o que hoje denominamos como práticas corporais sempre fez parte dos programas de Educação Física nas escolas, contudo, certamente com outras finalidades. Tal fato sugere que a temporalidade das finalidades das práticas corporais é um elemento a ser levado em consideração, assim como, o possível conflito entre diferentes perspectivas. Pois, ainda que as finalidades médico-militares já não sejam hegemônicas na área da Educação Física escolar, isso não quer dizer que essa forma de pensar deixou de existir nas instituições educativas.

O que gostaríamos de refletir a partir dos exemplos acima expostos, é que a Educação Física escolar sempre fez uso do fenômeno das práticas corporais. No entanto, ancorada em uma tradição que associava a área com a intervenção, com o fazer e com o exercita-se para (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER, 2009; 2010). Como consequência, durante o século XIX e parte do século XX, a discussão propriamente curricular nos moldes contemporâneos esteve ausente na área da Educação Física.

De acordo com Fensterseifer e González (2007), após o Movimento Renovador fomos convidados para a tarefa coletiva de construir um novo projeto de Educação Física. Logo, as justificativas baseadas no exercita-se para e no uso das práticas corporais com finalidades como a disciplina e a formação física dos alunos são argumentos que caíram em certo descrédito e não

convencem mais a comunidade escolar, e nem contemplam as expectativas de um projeto democrático e republicano de educação. Nesse sentido, nos cabe agora reorientar as finalidades das práticas corporais para a nossa tarefa que é acima de tudo uma demanda do tempo presente. Pois:

É bom ter clareza, no entanto, que esse novo projeto para se constituir em prática hegemônica deve passar pela invenção de novos sentidos e práticas pedagógicas, processo que não se produz pela aplicação de respostas pensadas por outros. Assim, na nossa compreensão, a EF se encontra “entre o não mais e o ainda não”. Entre uma prática docente na qual não se acredita mais, e uma outra que ainda se têm dificuldades de pensar e desenvolver. (FENSTERSEIFER; GONZÁLEZ, 2007, p. 36).

O “não mais e o ainda não”, metáfora que expressa o nosso tempo de incerteza sobre os caminhos para a legitimação da Educação Física escolar, também sugere que são justamente as novas demandas que prolongam a etapa do ainda não. Neste momento de incerta, vários discursos surgem sobre o próprio conceito de práticas corporais e as suas finalidades. A seguir, passaremos a examinar alguns deles.

No debate acadêmico da Educação Física no Brasil, o uso do termo práticas corporais pode ser considerado recente. De acordo com Lazzarotti Filho e colaboradores (2010), de modo mais enfático, o termo passa a ser vinculado em produções que datam do começo dos anos 2000. Todavia, já estava presente na década de 1990, sendo o trabalho de Fraga (1995) ao que tudo indica o primeiro a fazer uso do termo de modo mais sistemático. Em levantamento que estudou 260 artigos e 17 dissertações/teses de diferentes áreas do conhecimento (Educação Física, Educação, Antropologia, Saúde, História, Ciências da Comunicação, Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Artes e Psicologia) que fizeram uso da expressão práticas corporais, os autores supracitados constataram que o termo tem sofrido influências de referenciais teóricos do campo das Ciências Humanas, o que também é evidenciado por Silva (2014).



Contudo, segundo Lazzarotti Filho e colaboradores (2010) e Silva (2014), ainda não é possível afirmar que existe um conceito de práticas corporais que seja consenso no campo da Educação Física. Pois, em grande parte dos estudos, o termo não é usado como um conceito, mas sim, para designar um conjunto de produções culturais que se expressam pelo corpo. Desse modo, é justamente a orientação pela via da cultura, em oposição ao reducionismo biológico do conceito de atividade física, que faz com que a expressão práticas corporais seja mais utilizada por pesquisadores orientados pelas discussões do campo das humanidades.

Ainda que o conceito não seja consenso, estando em disputa por diferentes projetos de Educação Física, Silva (2014) sinaliza que o avanço do campo tem possibilitado a construção de uma caracterização cada vez mais elaborada sobre o termo práticas corporais. Como principais características que convergem nos estudos sobre o tema, a autora indica que as práticas corporais se expressam principalmente pelo corpo, possuindo um conjunto de técnicas e dinâmicas específicas, que foram construídas a partir de processos de interação social, que em geral ocorrem no tempo livre ou de não trabalho. Na forma de conceito, Silva (2014, p. 18) diz que:

Em síntese, pode-se dizer que as práticas corporais são fenômenos que se mostram, prioritariamente, ao nível corporal, constituindo-se em manifestações culturais, tais como os jogos, as danças, as ginásticas, os esportes, as artes marciais, as acrobacias, entre outras. Esses fenômenos culturais que se expressam fortemente no nível corporal e que, em geral, ocorrem no tempo livre ou disponível, com importante impacto orgânico. São constituintes da corporalidade humana e podem ser compreendidos como forma de linguagem com profundo enraizamento corporal que, por vezes, escapam ao domínio do consciente e da racionalização, o que lhes permitem uma qualidade de experiência muito diferenciada de outras atividades cotidianas.

Nesse sentido, apesar de grande parte da produção acadêmica da Educação Física brasileira compreender o conceito de práticas corporais “[...] como fenômenos culturais humanos, que contém elaborações mais abrangentes daquilo que se considera movimento, enquanto deslocamento corporal ou de membros do corpo” (FURTADO; BORGES, 2019, p. 22), as intencionalidades do trabalho com essas manifestações culturais se diferenciam nas múltiplas propostas pedagógicas da Educação Física escolar.

Oliveira, Oliveira e Vaz (2008) apresentam uma perspectiva de Educação Física na qual as práticas corporais se atrelam criticamente a formação humana dos sujeitos. Assim, é por via da consideração da dimensão da corporalidade dos indivíduos, sendo essa a manifestação criativa e consciente das manifestações corporais historicamente produzidas, que possibilitam comunicação entre os sujeitos com eles mesmos, com os outros e com o mundo, que as práticas corporais podem ser compreendidas para além de fenômenos que fazem uso do movimento/deslocamento corporal. Para os autores, é fundamental que qualquer projeto curricular para a área da Educação Física considere que as práticas corporais que fazem parte do diálogo entre os indivíduos, encontram-se em contextos sociais organizados pelas relações de poder, linguagem e trabalho. Logo, “Nessa direção, o objetivo último das práticas corporais escolares em geral, e da Educação Física em particular, deve ser a humanização das relações sociais.” (OLIVEIRA; VAZ, 2008, p. 306).

O trabalho acima citado, que parte de uma perspectiva histórico-cultural para pensar o modo como às práticas corporais se constituem em sociedades marcadas por profundas desigualdades, apresenta-nos uma concepção na qual a Educação Física como parte do projeto moderno de escolarização necessita trabalhar os seus conteúdos para além da dimensão do movimento e da vivência corporal descontextualizada dos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos. A partir de outro ponto de vista, o conceito de práticas corporais que apresentaremos abaixo, que prima bem mais



pela lógica interna delas e sua organização na escola, tem sido mais aceito pela comunidade acadêmica da Educação Física e por documentos normativos da educação brasileira.

De acordo com González e Fensterseifer (2010) as práticas corporais devem ser orientadas tendo em vista a construção de uma escola democrática e republicana. Para os autores, a Educação Física como componente curricular se ocupa com o estudo de um conjunto de práticas corporais sistematizadas que se vinculam ao lazer, ao cuidado com o corpo e a saúde. Como elementos em comum, essas práticas corporais possuem a presença do movimento corporal, organizações internas específicas, e relações com a cultura, devido serem produtos culturais diversificados e presentes na vida cotidiana das pessoas.

Desse modo, ainda que os autores defendam que as estruturas e as representações sociais que circundam o universo das práticas corporais devam ser tematizadas, a nosso ver, existe nessa perspectiva um rebaixamento na crítica a respeito ao modo como os sujeitos se relacionam com as práticas corporais em uma sociedade profundamente desigual como a brasileira. A vinculação das práticas corporais com o lazer e a saúde por parte de González e Fensterseifer (2010) é realizada sem conexão crítica com as relações de poder, trabalho e linguagem apresentadas por Oliveira, Oliveira e Vaz (2008), o que sugere um processo pedagógico não crítico a propensão contemporânea das práticas corporais serem orientadas cada vez mais para o consumo na forma de produção não material, evidenciando a tendência moderna de culto ao corpo (SILVA, 1996; BRACHT, 2017).

Talvez, a ideia de González e Fensterseifer (2010) de que a Educação Física deve ofertar para os alunos uma pluralidade de experiências com as práticas corporais esquece que na dinâmica da vida social os alunos já possuem experiências negativas ou positivas com essas práticas, que em geral, são condicionadas pelas suas condições socioeconômicas. A nosso ver, é justamente a ausência de uma reflexão mais ampla sobre a corporalidade que faz com que os autores supracitados formulem uma percepção questionável sobre a ideia de práticas corporais

se pensarmos do ponto de vista de como os nossos alunos e alunas da escola pública se relacionam com este universo.

Se analisarmos o texto final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), perceberemos que a concepção de González e Fensterseifer (2010) é hegemônica no documento. Tal fato, a nosso ver acarreta um prejuízo curricular para a área da Educação Física, tendo em vista que na própria organização dos conteúdos durante os diferentes níveis de ensino, existe apenas uma disposição de atividades corporais para cada série. Ou seja, a Educação Física com uma nova roupagem novamente é dominada pela ideia da pluralidade de vivências sem o compromisso com uma formação humana ampliada capaz de oportunizar aos alunos a possibilidade de produzirem crítica e compreensão efetiva sobre o universo das práticas corporais. No fundo, o documento ainda que fale de um saber conceitual que deve ser também socializado, não supera a crença do aprender fazendo, e descaracteriza a Educação Física como campo de conhecimento e disciplina que se organiza em torno de um saber que é eminentemente corporal. Porém, com relações amplas com o mundo do trabalho, a política, a economia, a cultura, o lazer, as relações de poder, etc.

Na perspectiva que adotamos, e incorporando a ideia de Oliveira, Oliveira e Vaz (2008) da corporalidade e da Educação Física como parte de um amplo projeto de escolarização e de formação humana, consideramos que são as práticas corporais o objeto de intervenção da Educação Física na escola. Desse modo, práticas corporais são aqui tratadas como fenômenos humanos, que possuem intensa relação com os elementos culturais, políticos, econômicos e sociais de um determinado contexto. Logo, as práticas corporais incorporam e superam ao mesmo tempo as elaborações daquilo que se considera movimento enquanto deslocamento corporal ou de membros do corpo. Por isso, devem ser objeto de estudo e não apenas de vivência. Em geral tais práticas são manifestadas em jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas, circo, práticas corporais de aventura e outras formas de



experiências com o corpo (FURTADO; BORGES, 2019).

Como desdobramento do conceito acima citado, no sentido de Mauss (2003), podemos dizer então que as práticas corporais existem devido à necessidade humana de produzir técnicas corporais para a intervenção no mundo. Tais técnicas, que são sempre dotadas de tradição e eficácia, além de terem os seus significados produzidos socialmente, podem se transformar em formas de atividades dinâmicas em que o corpo humano busca concretizar diferentes experiências e sensações, sejam elas ligadas a ludicidade, a imitação, a competição, ao azar, etc. Tais dinâmicas corporais, por serem inseridas dentro de um contexto sociocultural, podem expressar uma gama de valores e intencionalidades, podendo também ser objetos de disputas por diferentes grupos sociais.

Grosso modo, é viável a afirmação de que o que chamamos de práticas corporais, formam-se a partir de um conjunto de técnicas, de dinâmicas e de intencionalidades sociais. Ou seja, as danças, os esportes, as lutas, os jogos e brincadeiras, as ginásticas e as demais manifestações corporais que estamos por ora denominando de práticas corporais, possuem sempre uma gama de técnicas corporais e dinâmicas específicas que tornam possível os sujeitos reconhecerem tais manifestações como tal. Porém, por serem construções culturais, cada sociedade e grupo social projetam diferentes intencionalidades e valores para os usos destas práticas, que podem ir desde o consumo como mercadoria e o máximo rendimento, até o prazer, a fruição, a cooperação e a emancipação social.

Sendo assim, é justamente a reflexão sobre a disposição e as finalidades das práticas corporais no currículo da Educação Física escolar que nos leva para outra questão. Afinal, se o objetivo das práticas corporais tendo em vista um projeto crítico e formativo de Educação física não pode ter como finalidade apenas a socialização da pluralidade de experiências e de conceitos a respeito delas (ainda que essas sejam tarefas fundamentais), com qual objetivo essas manifestações humanas devem estar presente nos currículos da Educação Física na Educação Básica?

PRÁTICAS CORPORAIS PARA QUE?

Antes de discutirmos os sentidos que defendemos para a organização curricular das práticas corporais na Educação Básica, cabe evidenciar a concepção de Educação Física que norteia nossa reflexão. Em diálogo com uns dos nossos interlocutores desse texto, temos acordo com a ideia de González e Fensterseifer (2010) de que devemos pensar a Educação Física dentro de um projeto democrático e republicado de Educação. Com isso, nos afastamos das grandes utopias trazidas por parte do Movimento Renovador, que atribuiu a Educação Física uma tarefa central na construção de um modo de produção que viesse a superar a sociedade baseada na produção, na circulação e no consumo de mercadorias.

Assim, reconhecemos que do prisma de nossas pretensões societárias, o aprofundamento da democracia moderna nos parece ser um sentido plausível do ponto de vista de um horizonte político para a Educação Física na sociedade contemporânea. Contudo, isso não nos exime da necessidade da crítica à forma como o mundo do capital tem aumentado à desigualdade entre aqueles que vivem do trabalho e os detentores dos diversos meios de produção. É nesse sentido, que temos acordo com Oliveira, Oliveira e Vaz (2008) quando os autores defendem que somente por via de um rigoroso processo de escolarização e pela socialização de um conhecimento que preze pela humanização das relações sociais é que podemos de algum modo, por intermédio do processo educativo combater as injustiças sociais cada vez mais aprofundadas nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Aprofundando a ideia de escolarização, acreditamos que cada vez mais a Educação Física necessita para se legitimar como componente curricular inalienável da formação de crianças, jovens e adultos, pensar sobre o conhecimento que a disciplina socializa em cada nível de ensino da Educação Básica. E para isso, para além de um espaço que oportuniza a pluralidade de experiências corporais,



defendemos que a Educação Física deve orientar a sua construção curricular com o intuito de que os alunos sejam capazes de paulatinamente se apropriar, recriar e produzir compreensão e entendimento sobre o universo das práticas corporais.

Contudo, isso não poderá ser realizado por via da disposição aleatória de práticas corporais como o futsal, o basquete, as danças regionais, as lutas brasileiras, etc. nas diferentes séries. Mas sim, somente a partir do momento em que pensarmos coletivamente sobre o que queremos que a comunidade estudantil se aproprie do universo das práticas corporais em cada nível de ensino. Tal ideia, nos leva a seguinte afirmação: em um projeto curricular orientado para a humanização das relações sociais e para a produção de compreensão a respeito das práticas corporais, as atividades corporais específicas (futsal, atletismo, boxe, capoeira, luta marajoara, ginástica rítmica, danças folclóricas, etc.) devem ser pensadas como vias para que o aluno aprenda e produza compreensão sobre os temas mais amplos, que são: o jogo, o esporte, a ginástica, a luta, o circo, as práticas corporais de aventura e as demais formas de experiências com o corpo que possam ter características singulares que nos permita classificá-las como práticas corporais.

Vejamos as consequências dessa ideia. Se no Ensino Médio, queremos que os alunos compreendam o contexto histórico-cultural do surgimento do esporte moderno, suas características e formas de inserção na sociedade brasileira. Devemos selecionar práticas corporais esportivas que nos ajudem nesse objetivo mais amplo de compreensão sobre o fenômeno esporte. Na mesma perspectiva, se na Educação Infantil, durante a unidade de dança o professor tem como objetivo fazer com que as crianças reconheçam as suas possibilidades de movimento e diferentes ritmos musicais, as atividades práticas devem ser conduzidas para que os alunos dentro de suas possibilidades cognitivas e motoras compreendam tais características e nuances do fenômeno da dança.

Outro exemplo interessante a partir da linha de reflexão que estamos propondo, refere-se ao tratamento com o conteúdo jogo na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino

Fundamental, que em geral, quase sempre se fala de um jogo com caráter funcional para o desenvolvimento de habilidades motoras, afetivas e cognitivas. Temos acordo que nessa faixa etária as situações de movimento para usarmos o conceito de Betti e Gomes-da-Silva (2019) necessitam oportunizar o desenvolvimento de habilidades amplas e impreteríveis para todas as crianças. Todavia, será se não podemos pensar em brincadeiras e jogos que oportunizem as crianças uma reflexão e a identificação de características elementares do fenômeno da atividade lúdica? A nosso ver, é perfeitamente possível que as crianças desde a Educação Infantil reconheçam por via da experiência corporal características e valores presentes no jogo. Assim como, é viável que nas séries iniciais do Ensino Fundamental essas características se transformem em pequenos conceitos e formas de distinções (classificações) dos jogos a partir de um determinado critério.

No limite, não cabe mais a ideia de que o currículo da Educação Física pode ser apenas um documento que apresenta uma lista de atividades para as diferentes séries. É necessário que façamos o processo que todo componente curricular faz, ou seja, de organizar logicamente os conteúdos da disciplina da Educação Infantil ao Ensino Médio com base naquilo que o estudante pode e necessita se apropriar em cada etapa de escolarização e em cada realidade educacional.

O que estamos propondo, é que o nosso centro de preocupação principal quando estivermos construindo a organização curricular da Educação Física, seja em como podemos organizar os conteúdos da disciplina em cada nível de escolarização para que os próprios fenômenos mais amplos da cultura corporal de movimento (jogo, dança, ginástica, esporte, luta, circo, práticas corporais de aventura e outras formas de experiências com o corpo), possam ser paulatinamente compreendidos pela comunidade estudantil em suas dimensões técnicas, estéticas, sociais, econômicas, culturais/simbólicas e políticas.

Essa concepção de Educação Física e de escolarização, nos leva a questionar e criticar os modismos que tanto assolam a área. Conforme



explicam Oliveira, Oliveira e Vaz (2008) é necessário que sempre exista alguma dimensão universal da cultura corporal de movimento para ser socializada na escola. Nesse sentido, a disciplina não pode ser refém dos modismos, ou das práticas corporais que surgem a cada dia e são difundidas pela mídia e orientadas para consumo pela indústria cultural. Com isso, não queremos dizer que a Educação Física deve ter um currículo fechado e idêntico em todos os contextos educacionais. Mas sim, que a tematização das manifestações corporais contemporâneas precisa ser orientada no sentido de fazer com que os alunos se apropriam das faces contemporâneas do objeto de estudo da disciplina, e não com a finalidade de trazer alguma vivência que seja meramente divertida e “inovadora” para as aulas de Educação Física.

Nos processos educativos que acontecem nas instituições formais de ensino, é fundamental que exista um equilíbrio entre tradição e inovação (NÓVOA, 2001). Pois, práticas que podem ser classificadas como inovadoras e atraentes para os estudantes, se forem realizadas sem uma contextualização crítica e pedagógica, podem contribuir para o processo de não escolarização e de rebaixamento da formação humana da comunidade estudantil.

Certamente, o que estamos discutindo e propondo à comunidade da Educação Física, em especial para os atores da Educação Física escolar, gera também uma demanda para os cursos de formação de professores. Assim, é preciso que os currículos operem de modo bem sucedido a mediação entre os conhecimentos didático-pedagógicos necessários para a intervenção e os conhecimentos específicos que os professores precisam dominar para comprimirem a sua função social na escola.

O que temos observado, é que o processo de crítica e de superação do currículo caracterizado por Darido (2003) de tradicional-esportivo tem ocorrido de um modo em que a reflexão mais ampla sobre o objeto específico de intervenção da área tem sido secundarizada em detrimento da aprendizagem das teorias educacionais e das chamadas abordagens pedagógicas da Educação Física. Não desconsiderando a importância da discussão e do aprofundamento teórico sobre o

fazer pedagógico, acreditamos que na formação inicial a dinâmica curricular deve oportunizar que os alunos conheçam e reflitam o máximo possível sobre o jogo, o esporte, a luta, a dança, a ginástica, o circo, etc.

Se essa dimensão do estudo rigoroso sobre o objeto da intervenção pedagógica (práticas corporais) não for oportunizada na formação inicial, qual aporte teórico o professor terá para organizar esses conhecimentos da Educação Infantil ao Ensino Médio? Como poderá o professor ensinar aquilo que ele não domina? E mais, será se o professor poderá apenas ministrar aula com o seu discurso pedagógico de orientação crítica sem dominar os conhecimentos específicos que devem ser ensinados para a comunidade estudantil? Finalizamos este tópico com essas indagações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo organizamos uma reflexão história e contemporânea sobre os sentidos e as finalidades das práticas corporais na Educação Física escolar. Assim, evidenciamos que desde o Renascimento até os meandros da modernidade, as práticas corporais estiveram presentes no ideário pedagógico de educadores e de instituições de ensino na Europa e no Brasil com finalidades normativas e utilitárias.

Tratamos também de alguns discursos contemporâneos sobre as práticas corporais inspirados pelo Movimento Renovador da Educação Física, que foram oriundos da vontade de tornar a área um componente curricular legítimo na Educação Básica. A partir do diálogo com autores e documentos normativos (BNCC), apresentamos a ideia de que as práticas corporais devem fazer parte de um projeto democrático e republicano de Educação Física, e que para isso, é necessário alterar alguns aspectos da nossa tradição, pautada ora no exercita-se para, e mais recentemente na ideia de pluralidade de experiências.

Desse modo, defendemos a ideia de que as práticas corporais que denominamos de atividades corporais específicas como o futsal, o basquete, a luta marajoara, as danças folclóricas,



o atletismo, etc. devem ser tratadas como meios para que os alunos se apropriem paulatinamente, da Educação Infantil ao Ensino Médio dos elementos que caracterizam o jogo, o esporte, a luta, a ginástica, a dança, o circo, as práticas corporais de aventura e as demais formas de experiência com o corpo.

Por fim, pontuamos que esta pesquisa deve ser compreendida como uma reflexão teórica

oriunda da atividade docente do seu autor na Educação Básica. Logo, o trabalho intenciona ajudar a orientar tanto o planejamento específico de professores de Educação Física, como também a construção de projetos curriculares atentos com a relação entre os conhecimentos universais referentes ao universo das práticas corporais e o contexto educacional local no qual as experiências serão desenvolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Felipe Quintão. Educação física escolar e práticas pedagógicas inovadoras: uma revisão. **Corpoconsciência**, v. 21, n. 3, p. 7-16, set./ dez., 2017.

BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade**: a educação física na escola brasileira. 2. ed. São Paulo: Movimento, 2009.

BETTI, Mauro; GOMES-DA-SILA, Pierre Normando. **Corporeidade, jogo, linguagem**: a educação física nos anos iniciais do ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2019.

BRACHT, Valter. A educação física brasileira e a crise da década de 1980: entre a solidez e a liquidez. In: MEDINA, João Paulo (Org.). **A educação física cuida do corpo... e “mente”**: novas contradições e desafios do século XXI. 26. ed. Campinas, SP: Papirus, 2017.

BRACHT, Valter. **Educação física e aprendizagem social**. 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

DA COSTA, Lamartine Pereira. **Formação profissional em educação física, esporte e lazer no Brasil**: memória, diagnóstico e perspectivas. Blumenau: FURB, 1999.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DAOLIO, Jocimar. **Educação física brasileira**: autores e atores da década de 80. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; DA SILVA, Marlon André. Ensaio sobre o novo em educação física escolar: a perspectiva de seus atores. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 33, n. 1, p. 119-134, jan./ mar., 2011.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Educação física escolar: a difícil e incontornável relação teoria e prática. **Motrivivência**, ano XIX, n. 28, p. 27-37, jul., 2007.



FRAGA, Alex Branco. Concepções de gênero nas práticas corporais de adolescentes. **Movimento**, v. 2, n. 3, p. 35-41, 1995/2.

FURTADO, Renan Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. A condição esportiva. **Educação**, v. 44, p. 1-23, 2019.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensado saídas do não lugar da EF escolar I. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 9-24, set., 2009.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensado saídas do não lugar da EF escolar II. **Cadernos de formação RBCE**, p. 10-21, mar., 2010.

LAZZAROTTI FILHO, Ari e colaboradores. O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da educação física. **Movimento**, v. 16, n. 1, p. 11-29, jan./ mar., 2010.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **Educação física: arte da mediação**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

MACHADO; Thiago Da Silva e colaboradores. As práticas de desinvestimento pedagógico na educação física escolar. **Movimento**, v. 16, n. 2, p. 129-147, abr./ jun., 2010.

MARINHO, Inezil Penna. **História geral da educação física**. 2. ed. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1980.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

NÓVOA, Antonio. Professor se forma na escola. **Nova escola**, n. 142, v. 16, p. 13-15, mai., 2001.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda; OLIVEIRA, Luciane Paiva Alves; VAZ, Alexandre Fernandez. Sobre corporalidade e escolarização: contribuições para a reorientação das práticas escolares da disciplina de educação física. **Pensar a prática**, n. 11, v. 3, P. 303-318, set./ dez., 2008.

SILVA, Ana Márcia. Das práticas corporais ou porque “narciso” se exercita. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 17, n. 3, p. 244-251, mai., 1996.

SILVA, Ana Márcia. Entre o corpo e as práticas corporais. **Arquivos em movimento**, v. 10, n. 1, p. 5-20, jan./ jun., 2014.

SOUZA, Sinara Pereira; NASCIMENTO, Paulo Rogerio Barbosa; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Atuação docente em educação física escolar: entre investimento e desinvestimento pedagógico. **Motrivivência**, v. 30, n. 54, p. 143-159, jul., 2018.

VAZ, Alexandre Fernandez. Certa herança marxista no recente debate da educação física no Brasil. **Movimento**, v. 25, e25069, 2019.

Dados do autor:

Email: renan.furtado@yahoo.com.br

Endereço: Passagem Marujo, 38, Bairro da Condor, Belém, PA, CEP 66033-500, Brasil.



Recebido em: 06/07/2019

Aprovado em: 07/08/2020

Como citar este artigo:

FURTADO, Renan Santos. Práticas corporais e educação física escolar: sentidos e finalidades. **Corpoconsciência**, v. 24, n. 3, p.156-167, set./ dez., 2020.